

Projeto torna mais atrativo o transporte ferroviário de cargas

Aprovada na Comissão de Infraestrutura, proposta permite que os trens de uma concessionária usem os trilhos de outra empresa

Um dos maiores entraves ao barateamento e à eficiência do transporte ferroviário de cargas deverá ser removido. A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado aprovou ontem projeto de lei que permite que trens de uma concessionária possam circular pelos trilhos

administrados por outra empresa. A proposta de integrar a malha ferroviária nacional dará maior agilidade e reduzirá o custo dos fretes. Outro projeto aprovado exige que parte da receita com publicidade nas estações de trem e metrô seja usada para subsidiar o preço das passagens. **8**



Fiscais da Anvisa lacram farmácia irregular: Rosalba Ciarlini coordenou debate sobre remédios falsos

Marcio Kallme

“Sociedade pode contribuir no combate ao remédio falsificado”

Ministério da Saúde diz que colaboração do consumidor é importante, mas revela que novas medidas estão em estudo para combater o aumento dos casos de pirataria de medicamentos. **7**

Cristovam diz que é hora de Brasília reagir

É dever dos brasileiros encontrar saída para a crise e livrar a cidade da pecha da corrupção, disse o senador Cristovam Buarque. Ele acha que a população pode aproveitar o pleito de outubro para votar em candidatos com ficha limpa. **3**



Heráclito Fortes

CRE aprova pesar por morte de cubano

Requerimento aprovado pela comissão foi do senador Heráclito Fortes. O dissidente cubano morreu após greve de fome de 85 dias. **5**

Brasileiras celebram 78 anos da conquista do direito ao voto

Tasso Jereissati defende mudanças na proposta da FGV

Relator da reforma administrativa do Senado, Jereissati pretende ajustar o trabalho da Fundação Getúlio Vargas – “feito com base no que existe” – àquilo “que a gente sonha que seja o Senado”. Ontem ele se reuniu com equipe da FGV, anunciou que proporá inovações e preferiu não definir prazo para apresentar seu relatório, previsto inicialmente para março. **2**



Jarbas Vasconcelos (2º à dir.) presidiu reunião de ontem, em que subcomissão debateu trabalho realizado pela FGV

José Cruz

Senador prefere não definir um prazo para apresentação do seu relatório sobre a proposta elaborada a partir de texto da Fundação Getúlio Vargas, mas diz que a intenção é concluir a tarefa dentro do menor tempo possível

Tasso Jereissati quer inovações na reforma administrativa do Senado

APÓS AUDIÊNCIA COM integrantes da equipe da Fundação Getúlio Vargas (FGV), que participou das discussões sobre a reforma administrativa do Senado Federal, o relator da subcomissão temporária que analisa o projeto de resolução (PRS 96/09), Tasso Jereissati (PSDB-CE), classificou como "altamente qualificado" o trabalho já feito, mas deseja inovações.

– A questão é que o projeto foi feito com base no que existe. E nós temos que trabalhar em cima daquilo que a gente sonha que seja o Senado, ajustando uma coisa com a outra. Apesar de altamente qualificada, a proposta não se propõe a enxergar outras coisas que queremos enxergar – afirmou.

Jereissati preferiu não definir um prazo para apresentação de seu relatório. A previsão inicial era que os trabalhos da subcomissão fossem concluídos em março próximo, com a votação da proposta. Mesmo sem fixar uma data, o parlamentar adiantou, no entanto, que é intenção dos integrantes da subcomissão concluir a tarefa dentro do menor tempo possível.

– Não queremos ficar apertados por prazos, mas também não queremos tempo longo demais – disse.

Essencial

Na avaliação de Jereissati, a reunião da subcomissão foi proveitosa, pois "abriu portas" para discussões mais detalhadas que deverão ser feitas à frente. Ele adiantou que serão realizadas novas reuniões com a Fundação Getúlio Vargas e com repre-



Simon (ao lado de Suplicy, na foto acima) debate a proposta em reunião da subcomissão temporária, que é presidida por Vasconcelos (E) e tem Jereissati como relator

sentantes dos funcionários do Senado, além de consultas aos senadores.

– Serão discussões sobre o que

é essencial e o que não é essencial dentro do Senado e daí teremos uma primeira definição do que é a instituição e do que queremos.

Em cima disso, faremos um novo organograma junto com um plano de cargos e salários – explicou.

Marco Maciel registra pesar pela morte de ex-reitor

O senador Marco Maciel (DEM-PE) ressaltou ontem seu pesar pelo falecimento do ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB) José Carlos de Almeida Azevedo. Capitão da Marinha e membro da Academia Brasileira de Letras, Azevedo morreu em Brasília na terça-feira, aos 78 anos, em decorrência de uma infecção pulmonar. Ele sofria de câncer e deixou duas filhas, três netos e a viúva Maria do Carmo.

– Ele era uma pessoa de temperamento forte, mas, intelectualmente, muito preparado em diferentes campos das diferentes especialidades da engenharia. E, de alguma forma, muito contribuiu para consolidar a Universidade de Brasília. Não é sem motivo que hoje a universidade é reputada como uma das melhores do país – destacou.

Marco Maciel registrou que Azevedo nasceu em Salvador, em 11 de janeiro de 1932, e comandou a UnB entre 1976 e 1985. Além de reitor, também foi professor da universidade por 17 anos. Azevedo tinha formação em Física, Engenharia e Arquitetura Naval, disse ainda o senador.

Gerson Camata (PMDB-ES) associou-se à homenagem prestada por Marco Maciel ao ex-reitor da UnB.

– Quem deu corpo, quem consolidou a Universidade de Brasília foi ele. Agregou cursos, colocou cursos de pós-graduação e se tornou, portanto, um benemérito dessa instituição de ensino superior – assinalou Camata.



Senador avalia que Azevedo, "de temperamento forte", consolidou UnB

FGV explica que texto reflete necessidade emergencial da Casa

O diretor da FGV Bianor Scelza Cavalcanti afirmou que a proposta apresentada em outubro à Mesa do Senado procurou atender, de forma emergencial – "como solicitado" –, aos pedidos feitos pela Casa, entre os quais a diminuição de custos, a racionalização de processos e a redução do número de cargos de direção superior.

Segundo Bianor, houve estreito diálogo com a comissão de servidores durante a elaboração da proposta, que é apenas o primeiro passo para reformas que precisam ser aprofundadas.

Na avaliação de Pedro Simon (PMDB-RS), os senadores não tiveram oportunidade de avaliar a proposta finalmente consolidada no projeto de resolução, que chegou a

entrar na ordem do dia em dezembro.

Segundo Simon, até o excesso de artigos dedicados a descrever atribuições de alguns órgãos do Senado pode ser indicativo de problemas na proposta. Como exemplo, citou o espaço destinado às áreas de Comunicação Social, Consultoria e Polícia Legislativa.

O 1º secretário da Casa, Heráclito Fortes (DEM-PI), disse que não houve em qualquer momento a intenção de "atropelar" os senadores na discussão da reforma. Ele informou que, depois de receber a proposta, a Mesa decidiu pelo envio à CCJ, onde foi criada a subcomissão para fazer a análise do texto. Para Heráclito, é necessário que não haja demora na finalização do projeto.

– Temos que correr um pou-



Bianor Scelza (D, ao lado de Frederico Lustosa): houve diálogo com servidores

co. Estamos no final da legislação e precisamos dar aos futuros senadores a reforma – disse.

Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou os projetos de resolução que apresentou sobre o funcionamento da instituição, inclusi-

ve o que propõe a divulgação pública dos salários dos servidores. Simon sugeriu ao colega que começasse pela divulgação dos salários dos servidores de seu próprio gabinete, pois, em seguida, ele adotaria a mesma medida.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Sessão plenária é não deliberativa

A sessão plenária, às 9h, é não deliberativa, destinada a pronunciamientos de senadores. Estão inscritos para os debates Heráclito Fortes (DEM-PI), Pedro Simon (PMDB-RS) e Romeu Tuma (PTB-SP).



Heráclito avalia que conflito entre polícias poderia ter outra solução

Heráclito protesta contra pedido de tropas federais para o Piauí

Heráclito Fortes (DEM-PI) considerou “absurda e desnecessária” a decisão do governador do Piauí, Wellington Dias (PT), de requisitar tropas federais para resolver conflito entre as polícias militar e civil, em decorrência de greve de policiais civis. O senador lembrou que a última vez em que o Piauí solicitou tropas federais foi no início da década de 60, durante uma crise interna envolvendo a PM, que ficou amotinada nas imediações de seu antigo quartel. A diferença, disse, é que a convocação feita pelo então governador Petrônio Portela era “um ato de autoridade do governante, o que não ocorre agora”.

O anúncio de Wellington Dias de convocação dessas tropas, na avaliação do senador, “parece mais uma bravata” do governador “para chantagear as partes envolvidas no conflito”. Mas, acrescentou, a requisição está publicada no *Diário Oficial* e um avião da Força Aérea Brasileira

(FAB) encontra-se pronto para fazer o deslocamento.

– Parece um pouco aquela brincadeira de menino que, quando não resolve com seu colega uma parte do litígio, chama a sua turma. Uma coisa inadequada, incompatível com um governador de estado que até então vendeu, no Piauí, a imagem do equilíbrio – disse.

Para o senador, a greve da polícia civil coincidiu com um momento ruim para o estado – “quebrado e na bancarrota”. O governador, segundo Heráclito, fez ao povo do Piauí “promessas que não pode cumprir”.

Heráclito disse que o governador iniciou sua carreira no movimento sindical e deveria ter esgotado pela via da negociação todas as tentativas de resolver o conflito. A ameaça de deslocamento de tropas federais para o estado, segundo o senador, “mancha a história pacífica dos piauienses”.



Senador sugere mais ações sociais em distrito de Porto Velho para combater agenciadores

Gurgacz pede ajuda para evitar prostituição em Jacy-Paraná

Acir Gurgacz (PDT-RO) comemorou o grande crescimento da economia do estado de Rondônia, mas lamentou que isso traga sequelas, como a prostituição. A situação em Jacy-Paraná, distrito de Porto Velho, é especialmente preocupante, disse.

Lá as mulheres “se vendem em plena luz do dia”, num verdadeiro “mercado de sexo a céu aberto, que funciona 24 horas por dia”, afirmou. A prostituição em Jacy-Paraná foi tema de reportagem do jornal *A Crítica*, de Manaus, parcialmente lida pelo senador.

Acir Gurgacz afirmou que tanto a Polícia Civil como a

Polícia Rodoviária Federal têm empreendido um “trabalho duro” para controlar a prostituição, em especial quanto ao agenciamento de menores de idade. Ele pediu ao Ministério da Justiça o envio de “forças federais” para enfrentar o problema, que afeta também cidades de outros estados, onde jovens são cooptadas para a prostituição no distrito e não raro acabam vivendo em regime de semiescravidão.

O senador pediu ainda que mais ações sociais sejam realizadas no distrito e nas cidades vizinhas, para evitar que as jovens sejam presas fáceis dos agenciadores de prostituição.

Para o ex-governador do Distrito Federal, população precisa assumir a responsabilidade de encontrar uma saída e dar às novas gerações uma cidade livre da corrupção



Senador Cristovam Buarque sugere que eleitores brasileiros não aceitem votar em candidatos que não tenham a ficha limpa

Cristovam convoca Brasília a reagir à crise política

O SENADOR CRISTOVAM Buarque (PDT-DF) convocou a classe política e a sociedade civil do Distrito Federal a assumirem compromissos para que Brasília possa superar a atual crise – iniciada com a denúncia de corrupção no governo – e dar um exemplo ao país. Ele lembrou que outros estados da Federação já enfrentaram escândalos semelhantes.

– Temos que assumir, todos nós, responsabilidade por ação ou por omissão. E, feito isso, nós temos a obrigação, diante do Brasil e das gerações de brasileiros mais novas, de encontrarmos um caminho para sairmos dessa situação. E isso vai exigir uma reformulação do processo democrático de eleição e do processo de governar o Distrito Federal – disse.

O senador sugeriu que os eleitores não aceitem mais votar em candidatos que não tenham ficha limpa e escolham os que coloquem a cidade e seus habitantes em primeiro lugar. Assim, em sua avaliação, é possível começar a construir a ideia de um governo ético no comportamento e nas prioridades.

– Nós não podemos aceitar candidatos cujo passado carregue a mancha que poderá levar a sujeira ao futuro – alertou.

Cristovam observou, no entanto, que não basta eleger representantes honestos, mas

Gravações levam à prisão de governador e renúncia do vice

A crise política no Distrito Federal foi deflagrada em 27 de novembro do ano passado, a partir da Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal (PF). Cerca de 16 mandados de busca e apreensão foram autorizados pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) e cumpridos pela Polícia Federal com base em vídeos que mostram deputados distritais e o governador José Roberto Arruda recebendo dinheiro que teria sido desviado de contratos de empresas com o governo local.

Beneficiado pela delação premiada, o ex-secretário de Relações Institucionais do governo Durval Barbosa, que operava o suposto esquema de coleta e desvio do

dinheiro, entregou à Justiça as gravações, onde aparecem, além dos deputados, secretários de governo e empresários.

Em 11 de fevereiro, o STJ decretou a prisão de Arruda e de mais cinco pessoas depois que foi flagrada tentativa de suborno a uma das testemunhas nas investigações do esquema de propina no governo do DF.

Na terça-feira, o governador interino, Paulo Octávio, após desfilial-se do DEM, decidiu renunciar ao cargo e à vice-governadoria. O presidente da Câmara Legislativa, deputado Wilson Lima (PR), aliado político de Arruda, assumiu então o governo.

é necessária também uma reestruturação da máquina pública que impeça a corrupção. Ele sugere a criação, por exemplo, de um “conselho social de gestão” do Distrito Federal, que seria formado por integrantes de entidades representativas da sociedade civil organizada com o objetivo de acompanhar e fiscalizar a execução do plano de governo.

Além disso, Cristovam de-

fende a criação de um “portal da transparência” para acompanhamento das contas da administração direta, empresas públicas, autarquias e fundações do governo do Distrito Federal. Propôs também uma auditoria externa independente para analisar todas as contas dos últimos 20 anos e a rescisão de todos os contratos do governo do DF com empresas envolvidas em escândalos de corrupção.

Paulo Duque: Rio jamais teve um prefeito preso

Ao comentar a prisão do governador licenciado do DF, José Roberto Arruda, o senador Paulo Duque (PMDB-RJ) lamentou “o que está acontecendo às vésperas de celebrarmos 50 anos da transferência da capital do Rio de Janeiro para Brasília”. Arruda foi preso sob a acusação de tentar subornar testemunhas em uma investigação da Polícia Federal que envolve o seu nome.

– Não me lembro de um só prefeito do Rio de Janeiro que



Duque lamenta crise às vésperas dos 50 anos da capital

tenha sido preso, encarcerado, como está no momento o governador. Brasília não merece

isso – disse Paulo Duque, registrando que o Rio teve 43 prefeitos.

Ao mencionar os prefeitos da capital fluminense, Paulo Duque afirmou que vários deles inspiraram nomes de ruas e bairros da cidade, “pois fizeram muitas coisas por lá e nunca estiveram encarcerados”.

– É por isso que estou hoje [ontem], nesta tribuna, relembando políticos sérios do Rio de Janeiro – declarou o senador.

Desenvolvimento regional fica só no papel, alerta Lúcia Vânia

A manutenção de uma fonte permanente de recursos para o desenvolvimento das regiões pobres do país foi defendida ontem pela senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO). Ela comemorou a recriação, em 2009, da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), mas alertou para o crescimento dos gastos do governo em ano eleitoral, o que, para a senadora, configura uma ameaça para os estados do interior do país.

Lúcia Vânia citou reportagem do *Correio Braziliense* segundo a qual relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) aponta que a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) do governo federal, criada para diminuir as disparidades regionais, não tem surtido efeito.

De acordo com o jornal, os recursos, que deveriam fomen-

tar economicamente regiões pobres, ficaram concentrados em regiões desenvolvidas. Em 2009, diz o jornal, R\$ 23 bilhões destinados a melhorar as condições de vida no interior foram quase integralmente aplicados nos grandes centros urbanos. Desse montante, R\$ 13 bilhões deveriam ser usados para financiar obras de infraestrutura para empreendimentos em áreas de baixa renda e microcrédito.

– A política de desenvolvimento regional deveria ser o instrumento de superação das diferenças sociais, econômicas e culturais que infelicita as populações que residem em distintas partes do território nacional, principalmente quanto ao emprego produtivo, capaz de garantir à força de trabalho regional sua subsistência – disse a senadora.



Lúcia Vânia diz que verbas para interior têm sido usadas nas grandes cidades

Geovani Borges enumera as atrações turísticas do Amapá

“Você sabia que a Fortaleza de São José de Macapá foi eleita uma das sete maravilhas do Brasil?” Com perguntas como essa, o senador Geovani Borges (PMDB) mostrou em discurso ontem que o seu estado, o Amapá, tem muitas atrações capazes de encantar brasileiros e estrangeiros, especialmente os adeptos do turismo ecológico. “Que tal pescar no rio Oiapoque?”, convidou o senador.

– Atravessando o Oiapoque, você estará em território francês. Lá, além da pesca desportiva, de excelentes lugares para o banho e a trilha, pode-se ver a pororoca, o encontro das águas do oceano Atlântico com as águas do rio Araguari – recomendou Geovani Borges.

Além das atrações naturais por todo o estado, continuou, o Amapá tem uma “culinária singular, preparada com o que há de mais saboroso e natural da fauna e da flora da Amazônia”, herança dos índios, os primeiros habitantes da região. Citou a pescada da gurijuba, peixe da região, o tucunaré na brasa “e o inesquecível camarão no bafo”.

O senador informou ainda que Macapá tem o Museu Joaquim Caetano, inaugurado há mais de cem anos. Ele reúne grande acervo que conta a história da região, com uma sala dedicada à arqueologia, com destaque a duas etnias que ocuparam o atual estado do Amapá: os Maracá e os Cunani.



Geovani destaca opções de turismo ecológico e delícias da culinária amapaense

Senadora destaca a importância de a mulher continuar a luta por direitos na vida política, profissional e social, e principalmente na convivência pacífica entre os sexos

Serys comemora os 78 anos do voto feminino no Brasil

SERYS SLHESSARENKO (PT-MT) celebrou os 78 anos da conquista do voto feminino no Brasil, comemorados no dia 24 de fevereiro. Ela homenageou as cuiabanas Maria Taquara, “mulher importante para a cultura e a história do estado de Mato Grosso do Sul”, Maria Benedita Deschamps Rodrigues, Maria de Arruda Müller, Ana Maria do Couto May, Maria Lígia Garcia, Tereza de Benguela, Wilza Sodré e Terezinha Maggi.

Serys disse que Maria Taquara foi uma contestadora das normas vigentes em sua época, tendo sido uma das primeiras mulheres a usar calças compridas. A senadora assinalou que, até então, a calça comprida era vestuário exclusivamente masculino.

– No entanto, Maria não pensou duas vezes em usar a peça durante suas andanças pelas ruas de Cuiabá, causando escândalo à sociedade. Não era proposital. Foi a necessidade que a levou a usar roupas mais resistentes para a labuta nos córregos e rios da capital. Maria era lavadeira – lembrou.



Serys lembra sua condição de pioneira por ser a primeira senadora de Mato Grosso

Serys disse que, como Maria Taquara, é uma pioneira por ser a primeira senadora mato-grossense. Afirmou que foi um desafio atuar num mundo que só pertencia aos homens, mas disse que hoje, graças a sua atuação, já percebe o respeito de muitos deles e o quanto a sua luta pelo fim da violência e pela justiça de oportunidades no mercado de trabalho serve às mulheres.

– Nesta ocasião em que comemoramos os 78 anos da conquista do voto feminino no Brasil, devemos fazer uma reflexão sobre a necessidade, a importância e a urgência de seguirmos na luta aguerrida pela conquista e garantia dos direitos da mulher, seja na vida política, profissional ou social, mas principalmente no respeito à convivência pacífica e isonômica entre os sexos.

Ana Maria do Couto May foi a primeira mulher a ocupar a presidência da Câmara de Cuiabá e também a primeira locutora noticiarista de Mato Grosso, além de ter sido eleita vereadora em 1965 e promotora de Justiça Militar do estado



Professora e poetisa, Maria de Arruda Müller fundou a primeira revista feminina de Mato Grosso, A Violeta, publicou três livros e foi colaboradora dos jornais O Cruzeiro e A Cruz. Deixou a sala de aula aos 96 anos de idade

Suplicy pede apoio de candidatos ao Renda Básica

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) conclamou os futuros candidatos à Presidência da República a considerarem seriamente a implantação do Programa de Renda Básica da Cidadania como fase seguinte ao Bolsa Família. Pelo programa, já previsto em lei oriunda de projeto do próprio senador, todo brasileiro terá direito a uma quantia para seu sustento mínimo, repassada pelo governo.

De acordo com Suplicy, será o ponto mais avançado das políticas de transferência de renda no país, iniciadas pela prefeitura de Campinas e pelo governo do Distrito Federal. Ele lembrou que o programa foi a seguir adotado pelo governo Fernando Henrique Cardoso sob o nome de Bolsa Escola e Bolsa Alimentação, os quais acabaram unificados e ampliados pelo governo Lula, sob o nome de Bolsa Família.

O Programa de Renda Básica



Eduardo Suplicy diz que Programa de Renda Básica aperfeiçoa Bolsa Família

da Cidadania é uma forma de garantir que todos os cidadãos, ricos ou pobres, possam usufruir das riquezas produzidas

no país.

O senador informou que, no congresso do Partido dos Trabalhadores realizado no último fim de semana, foi incluído no programa da legenda um item prevendo a transição do atual Bolsa Família para o Renda Básica da Cidadania e que a pré-candidata do PT à Presidência da República, ministra Dilma Rousseff, considerou a indicação positiva.

Suplicy adiantou que será realizado, no início de julho, na Universidade de São Paulo, o 13º Congresso Internacional da Renda Básica, quando serão analisadas as experiências que vêm sendo desenvolvidas em vários países.

Cristovam Buarque (PDT-DF), que implantou o Bolsa Escola no DF nos anos 90, disse que hoje recomendaria ao futuro presidente que adotasse, ao lado do Bolsa Família, o Bolsa Escola para incentivar as crianças carentes a continuarem seus estudos.

CRE também decidiu convidar ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, a expor a posição do governo sobre o programa nuclear do Irã

Camata lembra Dia do Imigrante Italiano

O senador Gerson Camata (PMDB-ES) lembrou ontem o Dia Nacional do Imigrante Italiano, celebrado em 21 de fevereiro. A comemoração foi criada por projeto de lei apresentado pelo senador, que resultou na Lei 11.687/08. A data marca a chegada do navio *La Sofia*, que aportou no estado do Espírito Santo em 1874 com quase 400 imigrantes.

O grupo veio ao Brasil trazido por Pietro Tabachi para povoar as terras a ele concedidas no município de Santa Cruz, relatou Gerson Camata. Tabachi, que se mudara para o Brasil depois de ir à bancarrota na Itália, batizou suas terras de Nova Trento, em homenagem à cidade onde nasceu.

O parlamentar informou que a estimativa é de que existam mais de 25 milhões de descendentes de italianos no Brasil. No Espírito Santo, assinalou o representante do estado, 65% da população têm um antepassado italiano.



Comemoração foi criada a partir de projeto de Gerson Camata: data marca chegada de navio ao país, em 1874

João Pedro repudia ação inglesa nas Malvinas

O senador João Pedro (PT-AM) apresentou na quarta-feira documento repudiando o "gesto autoritário da Inglaterra" de fazer prospeção de petróleo em território próximo às Ilhas Malvinas, chamadas de Falklands pelos britânicos. O parlamentar apresentou requerimento em solidariedade ao povo argentino.

Como as Malvinas são oficialmente consideradas território não autônomo britânico, apesar de terem ratificado sua própria Constituição no ano passado, a exploração de petróleo na região teve de receber o aval do Reino Unido antes de ser iniciada.

– A Inglaterra não pode agir como na época do Império, a Argentina não pode ser tratada como colônia. Esta Casa precisa refletir sobre isso. Precisamos repudiar o gesto da Inglaterra – afirmou João Pedro.

Para ele, a Organização das Nações Unidas (ONU) tem de se manifestar sobre o assunto. Em 1982, Reino Unido e Argentina iniciaram uma guerra pelo arquipélago, que durou 72 dias, causou a morte de 649 soldados argentinos, 255 britânicos e 3 civis e terminou com a vitória inglesa.

Em aparte, o senador Heráclito Fortes (DEM-PI) disse que a mesma atitude deve ser tomada em relação à Guiana Francesa, que sofre idêntica exploração por parte da França.



João Pedro critica o Reino Unido e acredita que a ONU precisa se manifestar contra a atitude dos britânicos



Heráclito Fortes (D) propôs envio de condolências à família de Orlando Tamayo. Para João Pedro (à dir. de Heráclito), senador quer aprofundar dissidência

Embaixada cubana receberá voto de pesar pela morte de dissidente

A COMISSÃO DE Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem voto de pesar pela morte do dissidente cubano Orlando Zapata Tamayo, que morreu na terça-feira, após 85 dias de greve de fome. A pedido do autor do requerimento, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), as condolências serão enviadas à embaixada de Cuba no Brasil para que esta as encaminhe à família de Tamayo.

– Apresentar esse voto de pesar é um dever, em nome dos direitos humanos e de uma causa da qual não podemos abrir mão, que é a democracia – disse Heráclito.

O único voto contrário foi do senador João Pedro (PT-AM), para quem o principal objetivo de Heráclito não seria o de solidariedade à família do dissidente cubano, mas sim o de "aprofundar a dissidência" em Cuba.

O anúncio da morte de Tamayo coincidiu com a visita oficial a Cuba do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Ao recebê-lo, em Havana, o presidente cubano, Raúl Castro, atribuiu o falecimento do dissidente ao clima de "confrontação" existente entre seu país e os Estados Unidos. Por sua vez, Lula evitou comentar denúncias de violações de direitos humanos em Cuba, segundo as agências de notícias.



Presidente Lula (C) encontra Fidel e Raúl Castro em Havana

Ao apoiar a iniciativa de Heráclito, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) afirmou que a morte do dissidente tem um "simbolismo muito forte". Por sua vez, o senador Romeu Tuma (PTB-SP) pediu que uma cópia do voto de pesar seja encaminhada à embaixada do Brasil em Havana.

Irã

A comissão aprovou também, a pedido do senador João Tenório (PSDB-AL), convite ao ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, para que exponha a posição do governo brasileiro em relação ao programa nuclear do Irã.

Tenório lembrou que "tradicionais amigos do Irã", como a Rússia, já começam a "colocar um pé atrás" em relação

ao programa nuclear iraniano, que poderia ter objetivos militares, segundo a interpretação de diversos países ocidentais. O senador lembrou ainda que o Brasil tem o seu próprio programa nuclear e disse temer que o apoio brasileiro ao programa do Irã venha a trazer problemas para o país.

– É muito perigoso trazer o foco internacional para o Brasil – alertou.

Já o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) destacou que o

Tratado de Não Proliferação Nuclear, sempre mencionado pelas "potências hegemônicas" quando se fala sobre o risco de o Irã desenvolver bombas nucleares, também apresenta dispositivos que determinam a redução dos atuais arsenais nucleares.

Inicialmente, o convite seria extensivo ao assessor especial para assuntos internacionais da Presidência da República, Marco Aurélio Garcia. Mas o nome de Garcia foi excluído a pedido de Heráclito Fortes, para quem a comissão não deveria convidar um assessor, "por mais importante que seja". A sugestão de Heráclito foi comentada com humor pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). "O problema é que um é ministro e o outro manda", disse.

CRE aprova acordo de cooperação com Honduras

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem dois projetos de decreto legislativo (PDS) ratificando dois acordos internacionais. O primeiro (PDS 502/09) se refere a tratado firmado entre o governo brasileiro e Honduras sobre auxílio mútuo jurídico em matéria penal. O segundo (PDS 720/09) acolhe o texto da Convenção Internacional para o Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e Sedimentos de Navios.

Segundo o relator do primeiro projeto, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), as relações econômicas entre Brasil e Honduras têm crescido bastante ao longo dos últimos anos. Como exemplo, ele citou a cooperação nas áreas de biodiesel e energia hidrelétrica, com a provável participação brasileira em projetos como os das usinas de Los Llanitos e Jicutayo.

Cristovam foi também relator substituto do outro projeto. Ao apresentar seu voto favorável, o senador lembrou a importância, para a defesa do meio ambiente, da aprovação da Convenção Internacional para o Controle e Gerenciamento da Água de Lastro e

Sedimentos de Navios, que visa prevenir riscos da introdução de organismos aquáticos nocivos por navios de outros países.

A comissão aprovou também requerimento do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) para a realização de audiência pública – a ser promovida pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, subordinada à CRE – a respeito da atuação das universidades federais e estaduais na região amazônica.

Embaixador

A pedido do senador Fernando Collor (PTB-AL), a comissão decidiu adiar a votação da mensagem presidencial de indicação do novo embaixador brasileiro no Equador, Fernando Simas Magalhães. Collor pediu vistas do parecer de Cristovam Buarque (PDT-DF), favorável à indicação.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores, senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), concedeu vista coletiva do parecer depois que o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) apoiou a



Marconi elogiou indicado à embaixada no Equador

iniciativa de Fernando Collor.

Simas Magalhães foi elogiado pelos senadores Marconi Perillo (PSDB-GO) e Heráclito Fortes (DEM-PI) por sua participação em viagem de parlamentares brasileiros à África, em 2008.

A comitiva, composta pelos dois parlamentares e pelos senadores José Nery (PSOL-PA) e João Pedro (PT-AM), visitou Nigéria, Senegal, Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, atuando para estreitar as relações entre esses países e o Brasil.

Governo atual foi responsável pela destinação de 55% das terras para reforma agrária em 40 anos de Incra, afirmou Suplicy a Marconi, para quem governo anterior foi mais eficiente

Suplicy destaca reforma agrária no governo Lula

EDUARDO SUPLICY (PT-SP) foi ao Plenário, na noite de quarta-feira, para comentar declarações feitas pelo senador Marconi Perillo (PSDB-GO) durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), no período da manhã. Marconi teria dito que o governo de Fernando Henrique Cardoso foi mais eficiente na implementação da reforma agrária que o de Luiz Inácio Lula da Silva.

– É preciso colocar isso em termos precisos – disse Suplicy,

dando início à apresentação de uma série de dados.

Ele informou, por exemplo, que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) assentou nos últimos sete anos – ou seja, desde que Lula assumiu o governo, em 2003 – 574,6 mil famílias de trabalhadores rurais. Também disse que, ao longo desse período, foram instalados 3.348 assentamentos em 46,7 milhões de hectares.

– Isso representa 55% do total de terras destinadas à reforma

agrária nos 40 anos de existência do Incra – destacou Suplicy, acrescentando que, “entre 2003 e 2009, à política de criação de assentamentos foi destinado um montante de terras equivalente a duas vezes o estado de São Paulo”.

O senador petista também mencionou matéria recentemente publicada pelo jornal *O Globo* segundo a qual os governos de Fernando Henrique e Lula assentaram “quase o mesmo número de famílias”.

Azeredo lê artigo de Serra sobre origem das vitórias brasileiras

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) considerou “denso, profundo e pertinente” o artigo do governador de São Paulo, José Serra, publicado na revista *Veja* desta semana, em que ele atribui as conquistas do Brasil de hoje aos fundamentos estabelecidos ao longo dos últimos 25 anos.

José Serra, diz o senador, assinala que o PT “soube colher os bons frutos” de conquistas que rejeitou à época de sua implantação, como o Plano Real, e a consequente estabilidade da moeda, o Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), de 1995, e outros que levaram o país à estabilidade econômica e à credibilidade externa.

Na avaliação de Serra, “o Brasil de hoje tem a cara e o espírito dos fundadores da Nova República: senso de equilíbrio e proporção; moderação construtiva na edificação de novo pacto social e político; apego à democracia, à liberdade e à tolerância; paixão infatigável pela promoção dos pobres e excluídos, pela eliminação da pobreza e pela redução da desigualdade”.

Azeredo leu também trecho em que Serra menciona a mudança ocorrida no PT logo após assumir o poder, quando teria abandonado seu comportamento radical que o levou, por exemplo, disse, a não endossar a Constituição de 1988 e a se opor às medidas de estabilização da



Eduardo Azeredo critica quarta visita de Lula a Cuba em quase oito anos

economia.

Outra avaliação de Serra que Azeredo ressalta é que as conquistas obtidas são uma mistura de erros e fracassos, e o seu caráter de impermanência. Mereceu destaque também a análise de que as fases da história “não podem ser arbitrariamente datadas a partir de um ou outro governante ao qual queriam alguns devotar um culto de exaltação”.

Lula em Cuba

Como presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Azeredo criticou a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela quarta vez a Cuba, sem que, em quase oito anos de mandato, jamais tenha visitado, por exemplo, a 15ª economia do mundo, o Canadá, com que o Brasil mantém relações comerciais muito mais fortes.

Maciel defende proteção de recursos destinados às prefeituras

Uma revisão dos critérios de repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) pode livrar as prefeituras da dependência do governo federal e das variações da economia mundial, afirmou ontem Marco Maciel (DEM-PE).

Maciel relatou que a comissão especial de senadores criada pelo presidente do Senado, José Sarney, para analisar os impactos da crise econômica mundial sobre o país, da qual ele fez parte, concluiu que quem financiou os subsídios concedidos pelo governo às empresas foram os municípios brasileiros. De acordo com Maciel, houve queda no FPM quase que proporcional à da arrecadação – explicada, principalmente, pela redução

do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os veículos.

O senador pediu atenção a três projetos sobre o assunto. Uma proposta de emenda à Constituição (PEC 9/09) de José Agripino (DEM-RN) sugere que sejam automaticamente compensados quaisquer benefícios tributários dados pela União que afetem negativamente as receitas de estados e municípios.

Os outros dois projetos criam o Fundo de Assistência Financeira Emergencial aos Municípios – PLS 137/09, do próprio Maciel – e o Fundo de Atendimento às Situações de Emergência Decorrentes de Calamidades Públicas – PLS 193/09, de Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Mais terra e mais assentados

Segundo números do Incra, no governo Lula mais áreas foram destinadas à reforma agrária e mais famílias assentadas do que em toda a história

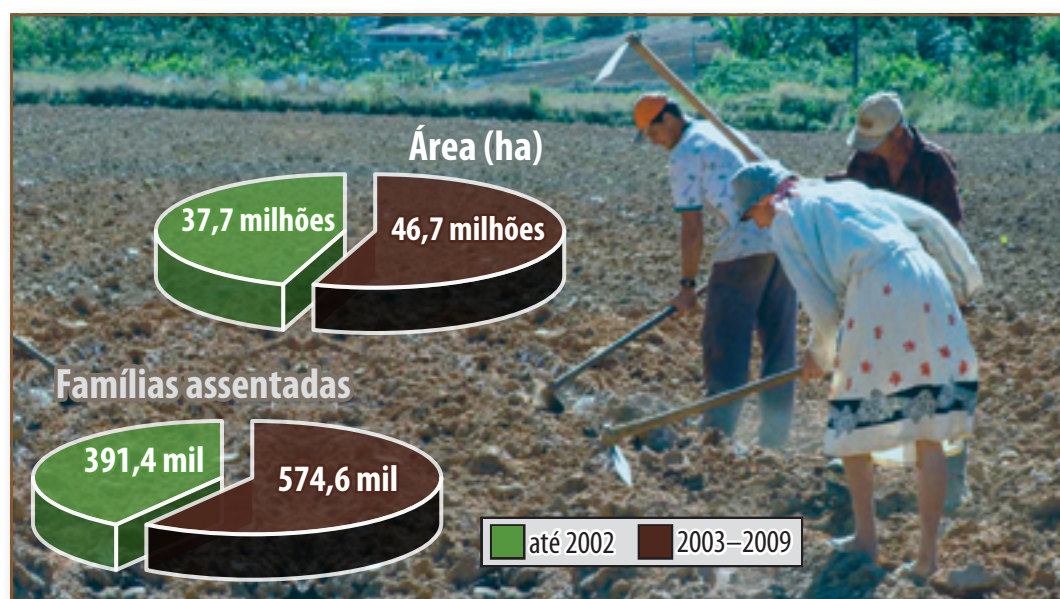


Foto: Romero Mendonça/Secom-MT

Fonte: Incra

Sadi Cassol comemora redução no déficit da Previdência Social

Em janeiro passado, o déficit da Previdência Social recuou 44% em relação ao mesmo mês de 2009. Ao comentar a notícia da *Folha de S. Paulo* do dia 19, o senador Sadi Cassol (PT-TO) disse que o resultado deve-se à combinação de crescimento econômico sustentado, expressiva geração de empregos formais, melhoria na distribuição da renda e das medidas de inclusão previdenciária adotadas pelo governo.

– Nos últimos anos, foram tomadas várias medidas visando ampliar a proteção dos trabalhadores domésticos e autônomos. O número dos que

contribuem para a Previdência Social cresceu de 39,9 milhões, em 2003, para 53,7 milhões, em 2008, evidenciando uma alta de 34,9% – afirmou Sadi Cassol.

Ele também destacou as melhorias da Previdência no atendimento ao cidadão. Hoje, lembrou, os segurados já podem agendar pelo telefone ou pela internet dia e hora em que serão atendidos.

A central (156), informou Cassol, registrou no ano passado uma média mensal de 5,6 milhões de ligações, e o tempo médio de espera entre o agendamento e o atendimento caiu



Sadi Cassol destaca melhorias no atendimento aos segurados do INSS

de 50 para 18 dias.

Outra novidade da Previdência elogiada pelo senador é o tempo máximo de 30 minutos para a concessão de benefícios como salário-maternidade e aposentadoria para os trabalhadores urbanos.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
 1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
 2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
 1º Secretário: Heráclito Fortes
 2º Secretário: João Vicente Claudino
 3º Secretário: Mão Santa
 4º Secretário: Patrícia Saboya
 Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
 Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Serys Slhessarenko • Romeu Tuma • Sadi Cassol

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
 Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
 Chefe de Reportagem: Teresa Cardoso e Sílvia Gomide
 Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
 Editor-chefe: Flávio Faria
 Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suelly Bastos e Sylvio Guedes
 Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
 Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle
 Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
 Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez
 Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333
 Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP

Debate promovido em subcomissão da CAS busca saídas para reduzir o avanço dos casos de falsificação de medicamentos e produtos hospitalares

Ministério diz que reprime pirataria de remédios, mas pede apoio da população

O MINISTÉRIO DA Saúde não considera os medicamentos como meros bens de consumo, mas como insumos de saúde, que possuem um papel social. Essa afirmação foi feita ontem pelo coordenador-geral de Gestão da Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos da pasta, Marco Aurélio Pereira, durante debate na Subcomissão Permanente de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Segundo Marco Aurélio, o ministério está realizando ações para conter a pirataria de medicamentos, "mas a sociedade pode contribuir para o combate aos medicamentos falsificados não comprando tais produtos".

Ele citou dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) de que há remédios falsificados colocados à venda até mesmo em farmácias e drogarias regularmente instaladas. Por isso, admitiu que não é suficiente a recomendação do Ministério da Saúde para que a população evite comprar medicamentos fora dos estabelecimentos farmacêuticos.

Na avaliação de Marco Aurélio, a pirataria de medicamentos exige ações imediatas e diferenciadas, com a participação de diversos órgãos e entidades, como a Polícia Federal e o Conselho Federal de Farmácia. Ele



informou ainda que o ministério está implantando um sistema de gerenciamento da assistência farmacêutica, visando contribuir com o processo de gestão do estabelecimento, bem como com a qualificação dos profissionais da área farmacêutica.

Também participaram da discussão na CAS o representante da Anvisa, Pedro Ivo Sebba Ramalho, e os senadores Rosalba Ciarlini (DEM-RN), presidente da CAS, Mão Santa (PSC-PI), Adelmir Santana (DEM-DF) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autor do requerimento para a realização do debate.



Marco Aurélio (E): governo pretende limitar circulação de remédios falsos, que já chegam a farmácias regulares, segundo Pedro Ivo (ao lado de Rosalba)

Anvisa espera que rastreamento reforçe combate à pirataria

A implantação do Sistema Nacional de Controle de Medicamentos – que tornará obrigatória, em cada embalagem de remédio, etiqueta com um número único de identificação – contribuirá para ampliar as ações de combate à pirataria no país. A expectativa é de Pedro Ivo Sebba Ramalho, assessor do presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que participou ontem do debate na CAS.

O novo sistema deve ser implantado a partir deste ano e a consulta das informações reunidas na etiqueta de identificação se dará por meio de uma máquina que estará disponível em todas as drogarias. A Anvisa, disse Pedro Ivo Ramalho, está preparando uma campanha publicitária para alertar a população sobre os riscos do consumo de medicamentos sem procedência comprovada.

Mais de 400 toneladas de remédios pirateados foram apreendidas em operações conjuntas com a Polícia Federal desde 2007, informou o representante da Anvisa.

Naquele ano, o órgão intensificou suas operações de fiscalização sob a coordenação de um delegado da Polícia Federal que comanda a área de Segurança Institucional, responsável por

ações de inteligência e combate à pirataria. Somente em 2009, foram realizadas 63 operações conjuntas com a PF, que resultaram em mais de 200 prisões em flagrante e na apreensão de 300 toneladas de produtos, a partir da inspeção em cerca de 500 empresas. Além de medicamentos pirateados, como fitoterápicos e para disfunção erétil, foram apreendidas até armas e munições.

Pedro Ivo também reforçou a necessidade de implantação efetiva da resolução da Anvisa, do ano passado, de manter atrás do balcão medicamentos sem necessidade de prescrição, como os analgésicos.



Fiscal da Anvisa flagra irregularidade: 400 toneladas apreendidas desde 2007

Rosalba cobra mais recursos para fiscalização de medicamentos

Na audiência pública que debateu o combate à pirataria de medicamentos, a presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), voltou a defender a implantação efetiva da Emenda 29, que assegura a aplicação de recursos orçamentários mínimos na saúde pela União, estados e municípios. Segundo ela, a ampliação dos recursos destinados à área é essencial para melhorar ações como as de fiscalização da procedência e autenticidade de medicamentos, coibindo a pirataria.

– Não é possível continuar com a estatística de que 20% dos medicamentos são ilegais. Sei do esforço dos órgãos, mas é necessário não baixar a guarda. É preciso que os órgãos de vigilância estejam capacitados – frisou a senadora, ao defender mais recursos para ações de vigilância sanitária.

Ela alertou para a gravidade da pirataria de medicamentos, lembrando tratar-se de crime hediondo. Rosalba Ciarlini, que é médica, manifestou preocupação quanto às consequências do consumo de remédios sem procedência conhecida, dados os riscos de efeitos colaterais e até de morte.

A senadora fez apelo ao Ministério da Saúde para que

intensifique as campanhas de esclarecimento à população quanto aos perigos do consumo de remédios pirateados.

Farmacêuticos

Para o senador Adelmir Santana (DEM-DF), o problema da pirataria na área da saúde, em especial o da falsificação de medicamentos, deve-se à falta de fiscalização intensa aos estabelecimentos farmacêuticos, o que estimula o comércio de produtos ilegais.

Adelmir Santana sugeriu também que a atividade farmacêutica seja definida em legislação específica. Ele observou que o Brasil é um país de dimensões continentais e com particularidades regionais, sendo que a existência de uma legislação nacional pode resultar em confusão. O senador citou como exemplo a exigência legal da presença de um farmacêutico, norma que não é cumprida pela maioria das farmácias e drogarias brasileiras, e propôs ainda que se adote uma definição clara do tipo de farmácia que interessa ao país, estabelecendo o que ela pode ou não comercializar.

Na opinião do senador Mão Santa (PSC-PI), a fiscalização deve começar pelos próprios farmacêuticos.

Mozarildo protesta contra ausência do ministro da Saúde

Em protesto contra a ausência do ministro da Saúde, José Gomes Temporão, e do diretor-presidente da Anvisa, Dirceu Raposo, o senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), autor do requerimento para realização da audiência pública, retirou-se logo no início da reunião.

Mozarildo considerou o não comparecimento das duas autoridades "um descaso com um problema dessa magnitude" (a pirataria de medicamentos).

– Acho que eles devem explicações ao Senado e não posso aceitar como médico esse tipo de desconsideração e descaso. Como não tenho representante para ficar no meu lugar, eu vou me retirar e registrar o meu protesto – afirmou, ao deixar a sala.

A presidente da Comissão de Assuntos Sociais, senadora Rosalba Ciarlini, também lamentou a ausência do ministro e do presidente da Anvisa.

Desrespeito

À tarde, Mozarildo Cavalcanti disse, no Plenário, que a decisão das duas autoridades de não atender a um convite feito em agosto de 2009 é uma humilhação ao Senado e um desrespeito à população brasileira.

Citando matérias publicadas no *Correio Braziliense* e na *IstoÉ*, no ano passado, o senador comentou relatos de casos de mortes, de perda de visão e de perda de movimentos causados por remédios e equipamentos médicos falsificados.

Mozarildo afirmou que, diante da gravidade das denúncias, esperou por mais de seis meses a presença do ministro e do presidente da Anvisa para discutir o problema em audiência pública e ficou decepcionado com a decisão deles de mandar representantes à audiência.

O senador considerou inexplicável a atitude das autoridades convidadas e notou outro comportamento nos Estados Unidos, onde o presidente Barack Obama vai ao Congresso, pessoalmente, dar explicações sobre seu plano de saúde.

– Isso significa que o presidente da maior democracia está perdendo autoridade ao ir ao Congresso dar explicações e discutir ideias? Aqui, convidamos o ministro da Saúde e o presidente da Anvisa e eles não vêm; mandam representantes.



Mozarildo aponta descaso com "um problema de tão grande magnitude"

Outra medida aprovada pela CI manda empresas de metrô usarem parte da arrecadação publicitária para subsidiar tarifa paga pelo passageiro

Projeto barateia transporte de carga por trens

A COMISSÃO DE SERVIÇOS de Infraestrutura (CI) aprovou ontem dois projetos relacionados ao transporte ferroviário. Um deles tem por objetivo fortalecer a integração da malha ferroviária brasileira e o outro dispõe sobre uso de espaço publicitário nas estações de trem e metrô.

O primeiro projeto (PLS 185/09) estabelece que os futuros contratos de concessão ferroviária contemplem o direito de todas as concessionárias utilizarem, como passagem, os trilhos de outras concessionárias.

Na situação atual, cada vez que uma carga passa de uma malha para outra, o concessionário pode exigir que ela seja descarregada e recarregada em suas próprias composições (operação que se chama "transbordo").

De acordo com o relator, senador Eliseu Resende (DEM-MG), que já foi ministro dos Transportes, a proposta deve agilizar o transporte de cargas, reduzir os custos de manuseio e as perdas ou avarias nos produtos. Além disso, o projeto também acrescenta artigo para regulamentar a revisão das tarifas praticadas, que devem levar em conta a produtividade das empresas.

Apresentada pela Subcomissão de Marcos Regulatórios, que funcionou na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria será agora analisada pela Comissão de Constituição,



Omar de Oliveira/Secom-MT

Justiça e Cidadania (CCJ).

O segundo projeto aprovado (PLC 201/09), oriundo da Câmara e relatado pelo senador Wellington Salgado (PMDB-MG), define que as empresas de transportes ferroviário e metroviário deverão, para subsidiar as tarifas (reduzindo o custo final para o usuário), utilizar parte da arrecadação com a venda de espaços publicitários em terminais, estações e paradas, onde o grande fluxo de pessoas é um atrativo para a veiculação de propaganda.

O projeto segue para votação, em caráter terminativo, pela



J. Freitas

Proposta dá a qualquer concessionária o direito de usar, para passagem de carga, a malha ferroviária de outra concessionária, explica o relator, Eliseu Resende

Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

Conferência Rio + 20 é "vitória do Senado", diz Collor

O senador Fernando Collor (PTB-AL) classificou ontem como uma "grande vitória do Senado" o anúncio, pela Organização das Nações Unidas (ONU), da realização em 2012, no Rio de Janeiro, da conferência Rio + 20, sobre meio ambiente e desenvolvimento. Durante o evento, representantes de todo o planeta retomarão os debates realizados durante a cúpula Rio 92, quando chefes de Estado e de governo do mundo inteiro se reuniram na capital fluminense.

– A proposta de realização da Rio + 20 foi encabeçada por mim e levada à ONU pelo presidente Lula – disse Collor, durante reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O presidente da comissão, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), ressaltou a importância da realização da nova conferência, que ocorrerá no mesmo ano em que termina a vigência do Protocolo de Kyoto sobre mudanças climáticas. Por sua vez,

o senador Romeu Tuma (PTB-SP) lembrou a participação de Collor na Rio 92, quando o atual senador era presidente da República.

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) anunciou a realização no Ceará, neste ano, da segunda conferência internacional sobre áreas áridas e semiáridas. Cristovam Buarque (PDT-DF), por sua vez, ressaltou a importância de se retomar o debate sobre o meio ambiente e o desenvolvimento 20 anos depois da cúpula global a respeito do tema.

– Hoje existe no mundo uma maior consciência ecológica e um ambiente mais favorável a novas propostas. É uma pena que ainda se esteja dando mais importância no Brasil a 2014 e 2016 do que a 2012, quando o futuro do mundo poderá estar sendo redesenhado – afirmou Cristovam, referindo-se à realização, no país, da Copa do Mundo e das Olimpíadas, nos próximos anos.



J. Freitas

Fernando Collor informa que proposta para realizar o evento em 2012 foi encabeçada por ele e levada à ONU pelo presidente Lula



Volter Campanato/ABR

Comissão divulgará quatro anteprojetos de lei elaborados a partir dos debates realizados no ano passado

CI quer aperfeiçoar marco regulatório do saneamento

Quatro anteprojetos de lei para o aperfeiçoamento do marco regulatório do saneamento básico são o primeiro produto concreto dos ciclos de debates promovidos pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) desde 2009, anunciou ontem o presidente da comissão, senador Fernando Collor (PTB-AL).

Com as proposições, a CI pretende definir isonomia de tratamento entre empresas públicas e privadas nas licitações de obras de saneamento; estabelecer que somente sejam liberados recursos federais para obras que tenham projetos básicos bem fundamentados e providos de critérios técnicos rigorosos; permitir que recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) possam ser alocados em

projetos de saneamento; e estabelecer formas de controle do uso do solo.

As propostas ainda serão publicadas e distribuídas aos senadores.

Collor designou o senador Eliseu Resende (DEM-MG) para coordenar o processo de recolhimento de sugestões dos senadores e de redação final do texto das propostas. A CI deve apresentar os projetos até meados de março.

Eliseu Resende defendeu a necessidade de um novo marco regulatório para obras de saneamento, argumentando que ele terá impacto positivo sobre as demais construções e obras de infraestrutura.

Ciclo de debates

Fernando Collor agendou

para a próxima segunda-feira o início do ciclo de debates que discutirá "Recursos humanos para inovação e competitividade".

O objetivo é reunir subsídios para formação e capacitação de mão de obra necessária para enfrentar os desafios nos setores ligados à infraestrutura no país.

Dentro da Agenda Desafio 2009/2015, a comissão agendou 14 audiências públicas neste primeiro semestre.

Para o debate da próxima segunda-feira, foram convidados os ministros da Educação, Fernando Haddad, e da Ciência e Tecnologia, Sergio Machado Rezende; o economista Mario Luiz Possas; e o doutor em Engenharia Química Pedro Wongtschowski.